

A IDADE DO FERRO ORIENTALIZANTE NO VALE DO TEJO: AS DUAS MARGENS DE UM MESMO RIO*

*The orientalizing Early Iron Age in the Tagus River Valley:
the two edge of the same river*

Ana Margarida ARRUDA**

Resumo: Os trabalhos arqueológicos de emergência levados a efeito, nos últimos anos, na cidade de Lisboa e um projecto de investigação direccionado para este mesmo período focado no baixo Tejo permitiram uma considerável acumulação de dados sobre a ocupação orientalizante do território do antigo Estuário do Tejo. O seu estudo possibilita uma leitura integrada, tornando possível avançar hipóteses sobre as modalidades de contacto entre grupos humanos distintos (indígenas e exógenos), por um lado, e as que se referem às estratégias de povoamento entre os séculos VIII e VI a.n.e., por outro.

A ocupação orientalizante concentra-se nas margens do Estuário do Tejo, situação que contrasta com o momento imediatamente anterior, o Bronze Final, quando o *hinterland* foi consideravelmente explorado. Esta concentração de sítios nas margens do rio deixa antever um sistema em rede, relativamente fechado. As relações deste espaço, profundamente orientalizado, com outros do Médio e do Alto Tejo, alguns com elementos também de matriz oriental, devem agora ser lidas em função destes novos dados.

Summary: Extensive archaeological works carried out in Lisbon and a research project directed to the same period focused on low Tagus allowed a considerable accumulation of data on the orientalized occupation of the territory of the Tagus Estuary. Their study provides an integrated reading, making possible to advance hypotheses about the contacts established between different communities (indigenous and exogenous) and those related to settlement strategies, between VIII and VI centuries B.C.E.. The orientalized occupation is now focused on the banks, a situation that contrasts with the previous times, the Late Bronze Age, when the hinterland has been considerably explored. This concentration of sites along the river suggests a networked system, relatively closed. The relationship of this space, deep Orientalized, with others in the Middle and High Tajo must now be read in light of these new data.

Palabras clave: Estuário do Tajo, Orientalizante, Bronze Final, 1ª Idade do Ferro.

Key words: the Tagus Estuary, Orientalized, Final Bronze Age; Early Iron Age.

* Trabalho realizado no quadro do Projecto «Fenícios no Estuário do Tejo» PTDC/EPH-ARQ/4901/2012.

** UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade. 1600-214. Lisboa. Portugal.

1. INTRODUÇÃO

O rio Tejo, como, aliás, qualquer outro rio, constituiu-se, desde cedo, como importante via de comunicação, mas também como um eixo de desenvolvimento, determinando a localização e a implantação dos polos de organização do espaço. Durante o que habitualmente designamos por 1ª Idade do Ferro este último papel foi desempenhado na perfeição pelo grande rio ibérico que desagua na fachada ocidental peninsular.

O rio Tejo, com 1100 km de extensão, é o mais longo de toda a Península Ibérica, correspondendo a sua bacia hidrográfica a um largo corredor que aparece como uma privilegiada via de penetração para o interior peninsular, se não mesmo para o próprio continente Europeu.

A importância do Tejo nesta última perspectiva justificou, também certamente, a precocidade dos contactos com as populações mediterrâneas verificada nas margens do seu estuário. Hoje, tal como há 12 anos atrás, parece evidente que foi na foz do Tejo que os colonos fenícios lançaram, num primeiro momento, as bases de uma instalação estável e prolongada, que originou profundas alterações no quadro social, político e económico da região.

O crescimento da investigação na área do antigo estuário e mesmo na do Alto Ribatejo permitiu ampliar, de forma substancial, a base de dados disponível para analisar o certamente complexo processo de orientalização deste território, com destaque evidente, para a primeira (Estuário). Lembre-se a propósito que o Estuário do Tejo é o maior da Europa ocidental, com 320 km², constituindo um verdadeiro mar interior.

Neste trabalho, sobre o que podemos designar por 1ª Idade do Ferro, incide-se, muito especialmente, na área do antigo estuário, uma vez que a existência de abundantes dados recentes permite novas interpretações.

Para o médio Tejo português, os trabalhos que nos últimos anos David Delfino tem conduzido no Alto Ribatejo apenas entregaram escassos materiais incluídos na cronologia que nos ocupa, sendo por isso mesmo prematuro avançar neste momento com leituras excessivamente abrangentes, apesar de à região se fazer as necessárias referências.

O Tejo espanhol é abordado neste mesmo volume por José Angel Salgado, sobretudo no que se refere aos achados de Talvera la Vieja, sendo naturalmente o sítio e as características orientalizantes dos seus materiais devidamente enquadrados no quadro

regional específico. Este, recorde-se, inclui, no que ao orientalizante diz respeito, as sepulturas da Casa del Cárpio e de Las Fráguas, os dados extraídos do povoado de Arroyo de Las Manzanas e os tesouros áureos de Aliseda, Serradilla e Pajares, bem como o edifício de Torrejón de Abajo. O Cerro de la Mesa, em Toledo, pode ainda ser englobado neste mesmo universo cultural do médio Tejo espanhol.

Esta realidade foi, em anos relativamente recentes, abordada pormenorizadamente, tendo-se então discutido as suas eventuais origens e zonas de influência (Celestino Pérez, 2008; Pereira Sieso, 2008).

Não é impossível admitir que a própria Cachouça (Vilaça e Basílio, 2000; Vilaça, 2007) possa ser também interpretada num quadro regional que engloba parte importante das províncias de Cáceres e Toledo, podendo-se defender que a componente orientalizante se tenha introduzido através de acessos terrestres, concretamente extremenhos.

2. A 1ª IDADE DO FERRO NO ESTUÁRIO DO TEJO

No troço terminal do estuário do Tejo, concretamente em Lisboa, cresceram exponencialmente nas últimas décadas as intervenções arqueológicas que revelaram ocupações da 1ª Idade do Ferro, sendo já possível, e graças a elas, traçar um quadro relativamente preciso das modalidades dessa ocupação (Amaro, 1993; Arruda, 1999-2000; Arruda, Freitas e Vallejo, 2000; Pimenta, Calado e Leitão, 2005; Calado *et al.*, 2013; Fernandes *et al.*, 2013; Sousa, 2013; Sousa, 2014; Pimenta, Calado e Leitão, 2014; Pimenta, Silva e Calado, 2014; Filipe, Calado e Leitão, 2014; Pimenta, Sousa e Amaro, 2015). Não pode, no entanto, deixar de se referir, desde já, que a totalidade dessas intervenções decorrem no âmbito da chamada «Arqueologia Urbana», o que limita as áreas intervencionadas e as leituras horizontais e dificulta as que poderiam, eventualmente, ser feitas no quadro da arquitectura e do próprio urbanismo.

Em primeiro lugar, deve destacar-se que é na colina do Castelo que a ocupação incidiu, muito especialmente no topo e nas vertentes sul e sudoeste. Por outro lado, deve assinalar-se a antiguidade de que esta se revestiu, havendo materiais e outras evidências, nomeadamente epigráficas, que permitem admitir uma instalação de fenícios ocidentais na actual capital portuguesa, num momento relativamente precoce da colonização fenícia ocidental. Neste âmbito, deve referir-se a inscrição em caracteres e



1: Alto do Castelo; 2: Cabeço da Bruxa; 3: Alto dos Cacos; 4: Porto do Sabugueiro; 5: Santarém; 6: Quinta da Marquesa; 7: Castro do Amaral; 8: Santa Sofia; 9: Quinta da Carapinha; 10: Lisboa; 11: Almaraz; 12: Chões de Alpompe; 13: Eira da Alorna.

língua fenícia recuperada no Castelo (Arruda, 2013), que, paleograficamente, pode ser datada do final do século VIII a.n.e. (Zamora, 2014). Trata-se de um grafito sobre ânfora, aparentemente de produção local e/ou regional, que, segundo José Angel Zamora, indica um topónimo ou hidrónimo terminado em

IPO, que parece corresponder a Calipo (*ibidem*). Recorde-se que este é justamente o nome pelo qual na antiguidade era conhecido o rio Sado, que banha Alcácer do Sal.

Ainda à fase precoce podem associar-se alguns materiais arqueológicos cerâmicos, como é o caso

dos pratos de engobe vermelho e de algumas ânforas. As características morfológicas das peças de ambas as categorias, recolhidas quer na Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta, Silva e Calado, 2014), ainda na encosta, quer na Casa dos Bicos (Pimenta, Sousa e Amaro, 2015), na frente ribeirinha, e ainda outras da Rua do Recolhimento, no topo da colina, indiciam momentos ainda do século VIII ou dos inícios do século seguinte. Nestes níveis antigos, a cerâmica manual está ainda presente, atingindo no primeiro dos locais citados 61% do conjunto (Pimenta, Silva e Calado, 2014).

Esta antiguidade da ocupação sidérica de Lisboa pode ainda ser defendida através da datação radiométrica obtida para a cavidade cársica da Rua da Judiaria (Calado, Almeida, Leitão e Leitão, 2013), apesar de a calibração a dois sigma permitir questionar uma cronologia antiga, do século VIII a.n.e.. Com efeito, ainda que a data obtida no laboratório do ITN (Sac. 2527) para a madeira carbonizada com a referência RDJ 37/38 recolhida na EU [37], que corresponde à ocupação mais antiga, tenha sido 2570±90 BP, as calibrações a 1 e a 2 sigma forneceram os seguintes resultados:

para 1 sigma: 820-726 cal BC (0,411088); 693-541 cal BC (0,588912);

para 2 sigma: 895-871 cal BC (0,022386); 850-411 cal BC (0,977614) (*ibidem*, p. 126).

No entanto, alguns dos materiais cerâmicos (*ibidem*, nº 57 e 92, fig. 8) são também compatíveis com a antiguidade relativa do enchimento desta estrutura, cuja função merece também ser discutida com mais profundidade

De facto, as «ocupações» em gruta durante a Idade do Ferro, e concretamente da que se relaciona com o fenómeno orientalizante, não são desconhecidas no território actualmente português, como ficou demonstrado na Lapa do Fumo (Arruda e Cardoso, 2013). Aqui, as categorias cerâmicas representadas, o seu estado de conservação e a própria localização e implantação do sítio permitiram relacionar o espaço com a prática de actividades de carácter ritual (*ibidem*, p. 748), situação que também se defendeu já para os casos da Lapa da Cova e da Lapa das Janelas (*ibidem*), na Serra da Arrábida (Soares, 2013). A gruta artificial neolítica de São Paulo, em Almada, foi também ocupada durante a Idade do Ferro, não parecendo desadequado propor-lhe idêntica função.

Todas estas cavidades apresentam, todavia, características que a da Rua da Judiaria não possui. Estão na totalidade isoladas e não inseridas, e na maioria dos casos nem sequer próximas, de áreas

habitadas, e os seus materiais ou são de excepção, como no caso da Lapa da Cova (Soares, 2013) e da Lapa das Janelas (Soares, 2013), ou encontram-se em excelente estado de conservação, apresentando as cerâmicas (grandes contentores, na Lapa do Fumo; cerâmicas de engobe vermelho, na Gruta de São Paulo) perfis completos ou quase completos.

A «Gruta» da Rua da Judiaria, em Lisboa, está implantada em área onde a densidade de ocupação da Idade do Ferro de tipo habitacional é muito elevada, ao longo de uma ampla diacronia, sendo os espólios variados quer na morfologia quer, naturalmente, na funcionalidade. Por outro lado, estes não estão particularmente bem conservados. Contudo, uma função religiosa não é também de excluir para este caso concreto, podendo aqui admitir-se que se trata de um lugar de culto, em ambiente urbano.

Lembre-se a este propósito que a utilização de grutas com este fim é habitual no quadro das religiões mediterrâneas, e não só, sendo abundantes os testemunhos de práticas religiosas em sítios deste tipo, sobretudo em casos particularmente conectados com a colonização fenícia na Península Ibérica, como é o de Ibiza, especialmente em Es Cuieram (Aubert, 1982) ou da Gorham Cave, em Gibraltar (Culican, 1972; Belén & Pérez, 2000; Gutiérrez *et al.*, 2001; Gutiérrez *et al.*, 2012; Gutiérrez *et al.*, 2013; Zamora *et al.*, 2013). Ainda assim, o fenómeno é vasto quer do ponto de vista geográfico quer no que se refere à cronologia, tudo indicando que as grutas pintadas do Paleolítico Médio na Europa foram lugares de culto por excelência (Gourhan, 1965). É ampla a documentação textual sobre o tema para o mundo clássico, podendo nomear-se, a título de exemplo, a Odisseia (Calipso, Ciclopes, Escila) ou o texto de Pausanias (III.25.4). Os dados arqueológicos são abundantes em Creta, desde a época minoica, na Sicília (Agrigento), na Grécia continental (Ática - gruta de Vari), mas também na Magna Grécia e na Etrúria (Gómez Bellard, 2000).

No território fenício, destaca-se a gruta artificial de Amrit, mas também as de Sídón, Biblos, Adloun, Wasta, Magdousché, entre outras (*ibidem*). No âmbito fenício colonial, podem referir-se Chipre, Malta, Sicília (Erice, Palermo e Favignana) e Sardenha, que conta com numerosos exemplos, bem como o norte de África (Gruta de Sid-Tanit, em Cartago, Tídis, na Argélia, Tangêr) (*ibidem*).

Para além, dos exemplos de Ibiza e de Gibraltar, já antes mencionados, outros há na primeira, e, no território peninsular, contam-se ainda os de época púnica ou de tradição púnica de Villaricos e de Múr-

cia (Cueva Negra), a que se podia acrescentar a referência de Avieno (305-317) sobre a existência de um santuário em gruta dedicado a Astarté (Vénus marítima) em Cádiz (*ibidem*).

A estrutura de Lisboa está virada para o rio, implantando-se nas proximidades do sopé da colina do castelo, o que não deixa de ser importante no momento de analisar a sua hipotética funcionalidade. A relação com o mar e, por conseguinte, com a navegação é evidente na maior parte dos casos anteriormente citados, e, em Lisboa, ela pode, na minha perspectiva, ser também defendida. A utilização desta cavidade em funções religiosas deve considerar-se, mesmo que se localize em ambiente urbano. A verdade é que determinados cultos devem ter sido praticados em espaços distintos dos santuários «clássicos».

Para a gruta da rua da Judiaria, como aliás, para as outras do restante território actualmente português, desconhecem-se os processos litúrgicos, não se sabendo também quase nada sobre os rituais praticados. Por outro lado, a divindade cultuada nestes locais permanece por esclarecer, ainda que a hipótese Tanit/Astarté seja sempre defendida (Arruda e Cardoso, 2013), dados os paralelos mediterrâneos aduzidos.

A forte matriz orientalizante da ocupação da Idade do Ferro de Lisboa permaneceu constante ao longo de toda a 1ª metade do 1º milénio a.n.e., como se pode observar pelos espólios recuperados em muitos outros locais da colina do Castelo de São Jorge (Amaro, 1993; Arruda, 1999-2000; Arruda, Freitas e Vallejo, 2000; Pimenta, Calado e Leitão, 2005; Calado *et al.*, 2013; Fernandes *et al.*, 2013; Sousa, 2013; Sousa, 2014; Pimenta, Calado e Leitão, 2014; Pimenta, Silva e Calado, 2014; Filipe, Calado e Leitão, 2014; Pimenta, Sousa e Amaro, 2015).

As cerâmicas de engobe vermelho estão ainda presentes no século V a.n.e., por exemplo na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014), e as cinzentas permanecem no conteúdo dos inventários até momentos bastante avançados, como se pode verificar, por exemplo, em São João da Praça (Pimenta, Calado e Leitão, 2005), como também é o caso das ânforas, já de produção local e regional, mas inspiradas nos modelos mediterrâneos.

Uma descoberta recente, na frente ribeirinha, deve ainda destacar-se pelo seu significado. Trata-se de uma inscrição fenícia, sobre pedra, que corresponde a uma estela funerária. Escrita em língua e caracteres fenícios diz respeito a um indivíduo pertencente à comunidade indígena. A peça, que está ainda inédita, foi já apresentada no Colóquio I Encontro de

Arqueologia de Lisboa, e a sua cronologia poderá situar-se deve situar-se no século VII a.n.e..

Estes dados de Lisboa mostram por um lado uma forte componente exógena na conformação da ocupação sidérica, e, por outro, uma considerável antiguidade. A primeira está, desde logo, representada pelo uso da escrita, sobretudo se tivermos em consideração a sua utilização, em momento precoce, por elementos que pertenciam à comunidade indígena. Ambas as inscrições olisiponenses revelam, do meu ponto de vista, não um efectivo entrosamento das duas comunidades, mas, pelo contrário, uma rápida absorção, por parte de uma delas, de um dos elementos identitários por excelência, a língua. No mesmo sentido, falam também as cerâmicas, cujos fabricos e técnicas decorativas são, maioritariamente, exteriores ao território peninsular em geral e em particular ao da península de Lisboa. As próprias morfologias dos vasos cerâmicos rompem com os modelos anteriores, facto que pode ser explicado pela adopção pró-activa de hábitos alimentares e sociais diversos dos habituais até então.

O tipo de ocupação registado no Bronze Final em Lisboa pode talvez justificar esta situação. De facto, a colina onde se instalou a população orientalizada parece ter estado desocupada nos momentos imediatamente anteriores, indicando os dados disponíveis no momento em que escrevo que a comunidade que aqui então habitava estava circunscrita a áreas mais baixas, localizadas na actual Praça da Figueira (Silva, 2013) e na vertente da colina de Santana, na margem esquerda da Ribeira de Arroios (Leitão e Cardoso, 2014).

Ainda assim, alguns escassos materiais dos níveis antigos da Idade do Ferro encontrados na colina do Castelo associam-se às evidências epigráficas na constatação do efectivo contributo da sociedade indígena na construção de um novo e admirável mundo. Neste caso cabem as cerâmicas decoradas com sulcos brunidos no interior e ornatos brunidos na parede externa recolhidas na Casa dos Bicos e (Pimenta Sousa e Amaro, 2015).

Muito mais difícil de abordar e de interpretar é Almaraz, o sítio da margem esquerda, em frente a Lisboa, localizado no início do canal profundo e estreito do troço terminal do estuário. Ainda que as escavações tenham sido consideravelmente extensas e que não existam aqui os constrangimentos que se observam em Lisboa, nomeadamente os que a arqueologia urbana impõe aos trabalhos de campo, a verdade é que a informação disponível é ainda escassa e sobretudo limitada no que se refere a contextos

e, assim, a associações de materiais que permitiriam uma abordagem cronológica e cultural.

Merece a pena destacar as estruturas defensivas identificadas, negativas, em fosso em V, mas também muralhas de pedra.

Uma ocupação do Bronze Final parece ser possível de admitir, ainda que os dados sejam escassos e alguns dos artefactos para os quais foi sugerida esta cronologia possam, de facto, pertencer à Idade do Ferro (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993). É o caso das cerâmicas manuais, e mesmo de alguns objectos metálicos, como a pinça e o bracelete (Cardoso, 2004).

A antiguidade da ocupação sidérica está apenas documentada através de análises de carbono 14 (Barros e Soares, 2004), não havendo ainda materiais arqueológicos que suportem uma datação do século VIII a.n.e.. Já houve a oportunidade de discutir, com detalhe, a questão da cronologia de Almaraz, permanecendo intactos os argumentos que utilizei em 2005 (Arruda, 2005b). Mas a matriz orientalizante é fortíssima no sítio, sendo particularmente expressiva nos séculos VII e VI a.n.e. Os espólios são numerosos, e incorporam o pacote fenício ocidental habitual na Península Ibérica, como ânforas, cerâmicas de engobe vermelho, cerâmica cinzenta. Outros, mais raros, são, todavia, muito significativos. Trata-se dos vasos de alabastro, do escaravelho, da cerâmica coríntia e dos pesos cúbicos (Cardoso, 2004) que materializam uma ocupação profundamente orientalizada, que se torna mais nítida se a estes acrescentarmos ainda as próprias técnicas metalúrgicas, que evidenciam uma tecnologia mediterrânea, e, portanto, bem distinta da local, aliás também presente em Almaraz, que, segundo Ana Melo e colaboradores, são testemunho um importante «...conjunto de artefactos em liga de cobre perfeitamente enquadráveis na metalurgia do mundo indígena da Estremadura e Centro de Portugal» (Melo *et al.*, 2014).

Deve-se também deixar registado que as actividades produtivas estão muito bem documentadas em Almaraz. Por um lado, os estudos que têm incidido sobre os metais evidenciam a importância do sítio como centro produtor metalúrgico, nomeadamente da prata e do ouro, mas também do ferro e de ligas de bronze, devendo destacar-se, e cito a «...imensa quantidade de pingos de fundição, escórias, algaravizes e fragmentos cerâmicos relacionados com operações metalúrgicas, recolhidos sobretudo numa área específica do fosso» (*ibidem*: p. 710). Por outro, a quantidade de prismas cerâmicos recuperados evidencia uma actividade oleira muito relevante.

A relação entre os dois sítios da foz do Estuário do Tejo é muito grande. A absoluta inter-visibilidade e uma mesma cultura material, que é o resultado da idêntica matriz cultural e, assim, de uma igual origem das comunidades que os habitam, não podem ser esquecidas. Por outro lado, as cerâmicas têm as mesmas morfologias e características de fabrico, muitas das primeiras exclusivas desta região, situação particularmente evidente no que se refere à de engobe vermelho. As similitudes são tais, que poderia inclusivamente pensar-se num centro oleiro único que abastecesse os dois povoados. Contudo, as evidências directas da produção em Lisboa, pelo menos na Praça Nova do Castelo de São Jorge, e as indirectas em Almaraz, de que são testemunho os prismas cerâmicos já referidos, obrigam a rever tal possibilidade. Todavia, os oleiros que laboraram em ambos eram certamente herdeiros de um mesmo legado tecnológico.

De qualquer modo, e apesar de o rio poder parecer um factor de separação e de afastamento, a verdade é que, neste caso, as duas margens estão intimamente relacionadas entre si, fazendo sentido recordar que, na época romana, tal como aliás ainda na actualidade, o Tejo era transposto exactamente no sopé de Almaraz, em Cacilhas.

Nos sítios da foz o rio Tejo marcou a sua lógica formal e funcional e, certamente também a sua estrutura urbana.

No curso superior do antigo estuário, a situação é distinta, como, aliás, seria de prever.

Nesta região, destaca-se Santarém, cujos materiais são já bem conhecidos (Arruda, 1993; Arruda, 1999-2000; Arruda, 2005a). A ocupação orientalizante é antiga, iniciando-se no final do século VIII a.n.e., como ficou demonstrado quer por materiais quer por duas datações de carbono 14. Está também comprovado o facto de esta instalação ter ocorrido sobre uma outra, do Bronze Final, com alguns materiais a evidenciar uma clara ligação à Meseta, como é o caso das cerâmicas com decoração de tipo Cogotas, ligação na qual o Tejo tem certamente todas as responsabilidades (Arruda e Sousa, 2015). Outros, porém, apresentam características que os inserem na matriz local e regional, quer no que respeita às técnicas decorativas (brunida nas superfícies externas), quer no que concerne às próprias morfologias.

A extensão das áreas ocupadas durante os dois períodos parece ser distinta, com clara vantagem para a da Idade do Ferro. De facto, os níveis do Bronze Final estão presentes apenas num espaço concreto, no topo central da antiga Alcáçova,

enquanto durante a Idade do Ferro todo o planalto estaria ocupado, o que evidencia um aumento demográfico considerável, que pode ser assacado à chegada de importantes contingentes populacionais, muito provavelmente populações orientalizadas, com origem na foz do Estuário. Recorde-se a propósito que o aumento da área cultivável e da respectiva diminuição da floresta é cronologicamente coincidente na região com os primeiros níveis da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém, como ficou comprovado pelos perfis polínicos efectuados (Arruda, 2003).

Parece também importante recordar que a cerâmica manual é muito numerosa nos níveis da 1ª metade do 1º milénio a.n.e., atingindo nos que podemos datar dos séculos VIII/VII mais de 80% do conjunto, percentagem que diminui para os 60% nos do século VI (Arruda 1999-2000). A matriz indígena é assim particularmente importante em Santarém, apesar de a componente mediterrânea se ter feito sentir com intensidade, esta última resultando da instalação de populações exógenas no sítio. Essa mesma componente, que está plasmada em materiais arqueológicos, sobretudo cerâmicos, ao longo de toda a chamada 1ª Idade do Ferro, pode rastrear-se também em outras evidências, nomeadamente na existência de estruturas de planta rectangular, que definem compartimentos pavimentados com calcário moído e argila rubrescida (*Ibidem*).

As escavações realizadas em vários sítios do Estuário do Tejo no âmbito do projecto que levámos a efeito nos últimos três anos (Fenícios no Vale do Tejo PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), bem como o estudo de materiais de outros, permitiram ampliar consideravelmente o conhecimento sobre o período que aqui nos coube analisar.

Ainda na margem direita, e também no troço norte do estuário, os trabalhos nos Chões de Alompé evidenciaram a existência de uma inesperada ocupação da 1ª Idade do Ferro, de características orientalizantes. De facto, sendo o sítio conhecido sobretudo pela sua associação ao acampamento romano onde o Galaico instalou as suas tropas, em 138 a.n.e., havia já elementos que permitiam admitir que esta instalação tinha sido concretizada sobre um povoado indígena – Móron (Zbyszewski, Ferreira e Santos, 1968; Diogo, 1993). As escavações realizadas no Verão de 2015 confirmaram não apenas a existência do núcleo pré-romano, mas também deixaram compreender que as suas origens remontavam aos séculos VII a.n.e. Infelizmente, as áreas escavadas foram reduzidas em extensão, mas em uma delas duas fossas escavadas na substrato geológico de

base entregaram materiais cerâmicos de cronologia antiga dentro da Idade do Ferro, incluindo o conjunto vasos de engobe vermelho, concretamente pratos e tigelas, *pithoi* pintados em bandas com asas bífidas, e abundante cerâmica cinzenta com morfologias diversas, tigelas, pratos e pequenos potes. Todos apresentam muitíssimas semelhanças, morfológicas e de fabrico, com os recolhidos em Santarém, ao ponto de parecerem oriundos de um mesmo centro produtor. Contudo, e ao contrário do que se observa em Santarém, a cerâmica manual é muito escassa, não atingindo os 10%. Estas realidades permitem admitir, ainda que com as necessárias reservas, que a ocupação da Idade do Ferro dos Chões de Alompé possa ter sido programada pela comunidade que então habitava no planalto da Alcáçova de Santarém, muito especialmente pelo grupo que teria raízes exógenas. Note-se que os sítios estão relativamente próximos um do outro, sendo inter-visíveis, partilhando também os recursos disponíveis e o mesmo tipo de implantação, sobre o rio.

Na margem esquerda deste mesmo troço superior, um conjunto de sítios ribeirinhos pode ser estudado. Um deles, o Alto do Castelo, em Alpiarça, ocupa uma posição destacada na paisagem, sendo o mais conhecido, sobretudo pela sua evidente associação às necrópoles do Bronze Final do Teixal e do Meijão. A evidência da sua ocupação ainda nos finais do 2º milénio é inquestionável, mas a permanência no local de comunidades da Idade do Ferro tornou-se visível nos últimos anos (Arruda *et al.*, 2014). A avaliar pelas características dos espólios, uma cronologia do século VII parece admissível.

Com base nos dados que possuímos, uma mesma cronologia sidérica e idêntico tipo de implantação parecem possíveis de admitir para o Alto dos Cacos, em Almeirim, sítio que foi totalmente destruído em anos recentes. As observações aqui feitas resultam, assim, de recolhas de superfície, e não de qualquer escavação, o que certamente dificulta uma análise mais detalhada (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012).

Em outra tipologia parecem caber o Cabeço da Bruxa, o Porto de Sabugueiro e a Quinta da Alorna, localizados em área ribeirinha, ocupando espaços de baixa altitude, com poucas descontinuidades altimétricas, entre os 5,5 e os 8 metros. Em alguns deles, os materiais estão dispersos por uma superfície consideravelmente extensa.

A fertilidade da planície aluvial do Tejo justificou a intensa e extensa exploração agrícola dos terrenos onde estes sítios se implantaram, situação que teve grandes impactos sobre o subsolo, que é consti-

tuído por sedimentos de matriz arenosa, o que dificultou também a conservação dos níveis de ocupação. Esta realidade, que pudemos observar durante os trabalhos de campo que efectuámos em 2013 no Cabeço da Bruxa e no Porto do Sabugueiro, pode explicar a dispersão dos espólios, sendo ainda responsável pelo elevado grau de destruição que os sítios apresentam.

Foram, portanto, os materiais, ainda que quase sempre recolhidos em contextos secundários, que permitiram avançar com a cronologia do século VII/VI a.n.e., para a fundação destes sítios, que foi, quase seguramente *ex nihilo*, à excepção da Quinta da Eira da Alorna.

Para Porto do Sabugueiro, os *pithoi*, a urna Cruz del Negro, as ânforas, os pratos e taças de engobe vermelho e os vasos trípodas fornecem contornos mais específicos aos escaravelho e escarabóide recolhidos no sítio na década de 30 do século XX (Pimenta e Mendes, 2008; Pereira, 1975; Pimenta *et al.*, 2014). Menos abundantes e menos diversificados tipologicamente são os materiais do Cabeço da Bruxa, mas o conjunto inclui também ânforas (10.1.2.1.) e *pithoi*. O mesmo universo artefactual é visível no Alto dos Cacos e na Quinta da Eira da Alorna.

No troço médio do estuário do Tejo, mas na margem direita, outra concentração de sítios idênticos na natureza e características gerais foi encontrado nos últimos anos, graças ao trabalho dos arqueólogos do município de Vila Franca de Xira, João Pimenta e Henrique Mendes.

O Castro do Amaral salienta-se nesta área, por um lado pela sua posição muito destacada na paisagem, e, por outro, por uma evidente ocupação do Bronze Final. Implanta-se num esporão rochoso, de considerável altura e os materiais da Idade do Ferro, quer cerâmicos, quer metálicos, não parecem poder recuar para trás da segunda metade do século VII a.n.e., podendo datar-se sobretudo do VI.

A Quinta da Marqueza, sítio à beira rio de baixa altitude, parece ter uma fraca extensão em área (Pimenta e Mendes, 2010/2011). A avaliar pelos materiais recuperados à superfície, concretamente os prismas cerâmicos, deve ter correspondido a uma área de produção cerâmica (*Ibidem*). A cronologia da sua ocupação não se diferenciara muito da observada no Castro do Amaral, em torno aos finais do século VII, mas sobretudo século VI a.n.e.

A cronologia de Santa Sofia, um povoado de encosta com raras estruturas habitacionais, não deve diferenciar-se do ponto de vista cronológico dos

anteriormente referidos, cronologia confirmada, aliás, pelas próprias datações de radiocarbono obtidas para o local (Pimenta, Soares e Mendes, 2013).

3. DISCUSSÃO

Os dados elencados nas páginas anteriores permitem concluir que a ocupação da 1ª Idade do Ferro no antigo estuário do Tejo se desenvolveu, exclusivamente, ao longo da orla do rio, desprezando-se os territórios do interior. Cria-se um espaço próprio, um verdadeiro mar fenício, dando a geografia física lugar a uma geografia política, económica e étnica, plena de identidade.

Esta ocupação das margens, que, em certos troços, corresponde a uma verdadeira rede de povoamento, que funcionou de forma sistémica, tem de ser interpretada em função do próprio rio, que une as duas orlas, constituindo com elas um único espaço social.

Esta realidade, que os dados arqueológicos permitem assumir, entra em flagrante contraste com a imediatamente anterior, do Bronze Final. Note-se que a grande maioria dos sítios ocupados no final da Idade do Bronze é abandonada no início da Idade do Ferro, resistindo apenas os que se localizam em área imediatamente anexa ao rio, como são os casos de Lisboa e eventualmente de Almaraz, na foz, de Santarém e Alto do Castelo e Quinta da Eira da Alorna, no troço superior, e do Castro do Amaral, no curso médio.

A chegada de grupos fenícios à foz do Tejo implicou, pois, parece-me, uma alteração significativa no modelo de ocupação do território na área do estuário, que certamente decorreu de uma mudança na estrutura económica, social e política.

No Estuário do Tejo, como em muitos outros espaços coloniais, o processo, apesar de certamente negociado, provocou rupturas e descontinuidades na estratégia de povoamento e naturalmente em termos tecnológicos, mas estas são também visíveis na adopção de novos padrões alimentares e na própria paisagem. Recordemos, a este propósito que, no mesmo momento, a vinha domesticada é introduzida, a floresta dá lugar a espaços mais abertos, aumentando a área cultivada.

Na 1ª metade do 1º milénio a.n.e. os encontros culturais que tiveram lugar nesta área concreta criaram um novo sistema, onde o elemento indígena parece perder protagonismo, mesmo que tenha participado, de forma mais ou menos pró-activa, no processo. O poder passa a emanar dos sítios que se orientalizaram, onde a população de origem medite-

rrânea se instalou, tendo a maioria dos povoados indígenas sido abandonados.

Tudo indica, portanto, que o estuário do Tejo foi *um lugar de encontros, mas não obrigatoriamente de abraços*.

Para lá do Estuário, no curso inferior e médio do rio propriamente dito, a realidade parece ser outra, apesar de existirem semelhanças a vários níveis. Em primeiro lugar, deve recordar-se a extrema pujança do Bronze Final do Alto Ribatejo (Delfino, 2103, Delfino *et al.*, 2014) e da Beira Baixa (Vilaça, 1998; 2010; 2013), conhecido, sobretudo, na margem direita. Na região de Abrantes e de Mação, os povoados de altura são abandonados, não existindo, por enquanto, dados suficientemente sólidos que permitam admitir a presença de elementos mediterrâneos sidéricos. Ainda assim, não pode deixar de se referir aqui que em trabalhos recentes levados a efeito no Castelo de Abrantes, David Delfino (a quem agradeço a informação) pode reconhecer um bordo de *pit-hoi* com a respectiva asa bífida, bem como alguns escassos fragmentos de cerâmica cinzenta fina polida, alguns dos quais parecem pertencer a tigelas. As morfologias e os fabricos destes materiais podem facilmente conectar-se com os de idêntica tipologia recuperados nos sítios do estuário, parecendo óbvio que o Tejo funcionou aqui como via de penetração e de contacto. Contudo a escassa representatividade destes materiais e sobretudo a sua não continuidade em momentos mais tardios evidencia, na minha perspectiva, a pouca consistência das relações estabelecidas e a quase absoluta nulidade em termos de consequências para as comunidades do Bronze Final, cujos povoados parecem efectivamente ter sido condenados à extinção.

Já na Introdução referi que, na Beira Baixa, o sítio da Cachouça, em Idanha-a-Nova, sofreu uma orientalização precoce, atestada quer pelos materiais arqueológicos, quer pelas cronologias absolutas de carbono 14 obtidas (Vilaça e Basílio, 2000; Vilaça, 2007). Esta ocupação, que pôde datar-se entre os séculos VIII e o VI a.n.e. (*ibidem*), sobrepôs-se a uma outra, do Bronze Final. Se esta realidade se relacionou com aquela que é sentida nas províncias de Cáceres e Toledo, ou, se pelo contrário, envolveu a via fluvial, através do Tejo, pode ser discutido, ainda que pareça que as duas possibilidades não sejam mutuamente exclusivas. Ainda assim, o vazio existente no médio Tejo português no que ao orientalizador diz respeito e a relativa densidade de sítios na Meseta Sul podem fazer a balança pender para a segunda hipótese. Apesar disto, e se admitirmos que

o sítio beirão pode corresponder a um *gateway*, funcionalidade que já lhe foi atribuída (Vilaça e Arruda, 2004), a primeira das possibilidades também não se pode descartar. Por outro lado, a verdade é que os espólios da Cachouça são, em termos morfológicos e de fabrico, mais próximos dos do Estuário do Tejo, do que propriamente dos mesetanhos, estes últimos correspondendo, de alguma forma, em termos formais e decorativos a uma re-elaboração, relativamente tardia, da cerâmica orientalizante.

Tal como também já se disse em 1., no médio Tejo espanhol a orientalização volta a sentir-se, ainda que de forma pouco compaginada com uma orientalização profunda. Ainda assim, registe-se o caso do Cerro de la Mesa em Toledo, destacando-se as estruturas em terra, nomeadamente a em forma de lingote cipriota e as cerâmicas, com formas e tratamentos das superfícies inspiradas nos modelos do litoral (Jiménez Ávila, González, 1999; Ortega e Del Valle, 2004;). Neste caso concreto, as relações com a região a Sul, concretamente a do médio Guadiana, parecem evidentes, tendo em atenção por exemplo o caso do «altar» em forma de pele de boi, com paralelos próximos em Cancho Roano. Os casos de Casa del Cárpio, de Las Fráguas e de Talavera la Vieja, cabem ainda, penso eu, neste quadro de relações, não se vislumbrando razões concretas para admitir que o processo de orientalização se deva a conexões, e ainda menos estreitas, com a área do estuário, como aliás já referiram Juan Pereira e Sebastian Celestino, em 2008. Sei bem que contradigo aqui o que em tempos tive oportunidade de escrever a propósito do mesmo tema (Arruda, 2005a), quando eram para mim bastante mais claras as ligações da Extremadura e da Meseta ao litoral atlântico, através do Tejo. Não quero com isto dizer que essas relações não tenham existido de todo, até porque há dados concretos que as permitem admitir, sobretudo para as que se terão estabelecido, eventualmente também por via terrestre, entre os estuários de Tejo e do Sado e a região do Guadiana Médio, como é, por exemplo, o caso da cerâmica de tipo Medellín (*ibidem*). Por outro lado, sabemos que no Bronze Final, essa «rota» funcionou, em ambos os sentidos, note-se, como alguns artefactos metálicos e o próprio mapa de distribuição das cerâmicas com decoração de tipo Cogotas deixa intuir. E, assim, não parece fazer um grande sentido a eliminação pura e simples de contactos entre ambas as regiões.

Mas o estudo mais aprofundado da realidade do Baixo Tejo permitiu verificar que as motivações da instalação de comunidades orientalizadas podem não ter necessariamente a ver com uma expansão territo-

rial vasta, mas com uma ocupação vocacionada para a exploração e controle de uma região concreta, em modalidades que «fogem» a processos de colonização interna. Por outro lado, as características específicas da ocupação do Tejo espanhol durante a 1ª Idade do Ferro distanciam-se substancialmente quer das do Guadiana Médio, quer das do baixo Tejo, ainda que seja com a primeira que mais pontos em comum parecem existir.

Tudo indica, portanto, que o povoamento sidérico de tipo orientalizante no estuário do Tejo funcionou em rede, em que os sítios estão profundamente relacionados entre si, num processo de controle de um território específico. Este torna-se um espaço praticamente fechado, virado sobre si próprio, e quase auto-suficiente. Curiosamente, este modelo mantém-se inalterado até à romanização, acentuando-se na 2ª Idade do Ferro. Os processos de regionalização que, em termos da cultura material, emergem na 2ª metade do 1º milénio têm, pois, antecedentes claros em momento imediatamente anterior.

Este sistema não é inédito no território peninsular, concretamente nas áreas de colonização fenícia e em espaços orientalizados. A costa de Málaga e a própria Extremadura constituem-se também como espaços em que os vários sítios funcionam em rede, em que as relações terão sido mais de coordenação do que de subordinação, construindo identidades próprias e irrepetíveis, realidade que podemos admitir igualmente para os Estuários do Sado, do Mondego, do Guadiana e para a Baía de Cádiz. Naturalmente que entre todos eles existem semelhanças e até, em alguns casos, relações estreitas, que se podem justificar pela matriz comum que partilham, o que certamente justificou produções oleiras, arquiteturas e técnicas construtivas idênticas. E, certamente, que as dissemelhanças são muitas, até porque em certas áreas atrás citadas (costa de Málaga, Baía de Cádiz) a «abertura» é grande, como evidenciam as importações gregas, etruscas, cartaginesas. Mas o funcionamento em rede que detectámos no estuário do Tejo, parece ser evidente em todas elas, e movimentos de colonização interna não parecem poder ler-se nos dados arqueológicos que manejamos.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, C. 1993: «Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa». *Estudos Orientais* (Actas do Colóquio «Os fenícios no território Português», 1992). Lisboa. IV, 183-192.
- ARRUDA, A. M. 1999-2000: *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el Centro y sur de Portugal*. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. 2003: «Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa». In *Ecohistoria del paisaje agrario – la agricultura fenicio-púnica en el mediterráneo*. Valência, 205-217.
- ARRUDA, A. M. 2005a: «Orientalizante e Pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografias e cronologias». In *El periodo orientalizante en la Península Ibérica* (Anejos de AespA, XXXII, 205). Madrid, CSIC, 277-303.
- ARRUDA, A. M. 2005b: «O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século». *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 4, 23, 9-156.
- ARRUDA, A. M. 2013: «Do que falamos quando falamos de Tartesso?» In J. Alvar e J. Campos (eds.) *Tarteso. El Emporio del Metal*. Huelva. 211-222.
- ARRUDA, A. M. e CARDOSO, J. L. 2013: «A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra)». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20, 731-754.
- ARRUDA, A. M. FREITAS, V. T. e VALLEJO, J., 2000: «As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3, 2, 25-59.
- ARRUDA, A. M., SOUSA, E., PIMENTA, J., MENDES, H. e SOARES, R. 2014: «Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal)». *Zephyrus*, 74, 143-155.
- AUBET, M. E. 1982: *El santuario de Es Cuieram*. Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza 8. Ibiza.
- BARROS, L., CARDOSO, J. L. e SABROSA, A. 1993: «Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada». *Estudos Orientais - Os Fenícios no território Português*, 4, 143-182.
- BARROS, L. e SOARES, A. M. 2004: «Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz». *O Arqueólogo Português*, 4, 22, 333-352.
- BELÉN, M. e PÉREZ, J. 2000: «Gorham's Cave, un santuario en el Estrecho. Avance del estudio de los materiales cerámicos». In M. Barthelemy e M. E. Aubet (eds.), *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*. Cádiz: 2, 531-542.
- CALADO, M., PIMENTA, J., FERNANDES, L. e FILIPE, V. 2013: «Conjuntos cerâmicos da Idade do ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe

- vermelho». In *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa, 141-149.
- CALADO, M., ALMEIDA, L., LEITÃO, V. e LEITÃO, M. 2013: «Cronologias absolutas para a Ia Idade do Ferro em Olisipo – O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judiaria em Alfama». *Cira*, 2, 118-132.
- CARDOSO, J. L. 2004: *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Câmara municipal de Oeiras. Oeiras.
- CELESTINO PÉREZ, S. 2008: «El reflejo de lo fenicio en el interior openinsular». In J. P. Vita e J. A. Zamora (eds.), *Nuevas Perspectivas II: La arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 18, 25-36.
- CULICAN, W. 1972: «Phoenician remains from Gibraltar». *Australian Journal of Biblical Archaeology*, 1, 5, 110-145.
- DELFINO, D. 2013: «Escavação do Castelo Velho da Zimbreira 2011». *Antrope*, 0, p. 154-189.
- DELFINO, D., CRUZ, A. R., GRAÇA, A., GASPAR, F. e BATISTA, A. 2014: «A problemática das continuidades e descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo Português». In *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Tomar: Centro de Pré-história/Instituto Politécnico de Tomar. 146-201.
- DIOGO, A. D. 1993: «Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompe». *Estudos Orientais*. Lisboa, 4, 215-227.
- FERNANDES, L., PIMENTA, J., CALADO, M. e FILIPE, V. 2013: «Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, 167-185.
- FILIPE, V., CALADO, M. e LEITÃO, M. 2014: «Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei». In A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, 2. 736-746. Lisboa.
- GÓMEZ BELLARD, C., VIDAL e GONZÁLEZ, P. 2000: «Las cuevas-santuario fenicio púnica y la navegación en el Mediterráneo». In *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas* (Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza 46), 103-145.
- GUTIÉRREZ, J. M., REINOSO, M. C., GILES, F. e FINLAYSON, J. C. 2001: «Nuevos estudios sobre el santuario de Gorham's Cave (Gibraltar)». In *Actas de las VI Jornadas de Historia del Campo de Gibraltar (Gibraltar 2000)*, Almoraima 25. Algeciras, 13-30.
- GUTIÉRREZ, J. M., REINOSO, M. C., GILES, F., FINLAYSON, J. C. e SÁEZ, A. M. 2013: «La Cueva de Gorham (Gibraltar): un santuario fenicio en el confín occidental del Mediterráneo». In F. Prados, I. García y G. Bernard (eds.), *Confines. El extremo del mundo durante la Antigüedad*. Alicante, 303-381.
- GUTIÉRREZ, J. M., REINOSO, M. C., SÁEZ, A. M., GILES, F. e FINLAYSON, J. C. 2012: «Las ofrendas de Hannón. El santuario de Gorham's Cave (Gibraltar) y la navegación cartaginesa atlántico-mediterránea». *L'Africa Romana XIX, Sassari 2010*. Roma. 2955-2970.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. e GONZÁLEZ CORDERO, A. 1999: «Referencias culturales en la definición del Bronce Final y la Primera Edad del Hierro de la cuenca del Tajo: el yacimiento de Talavera la Vieja, Cáceres». In R. de Balbín e P. Bueno (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular. III – Primer Milenio y Metodología*: p. 181-190. Zamora: Universidad de Alcalá de Henares-Fundación Rei Alfonso Henriques.
- LEITÃO, V., CARDOSO, J. L. 2014: «O bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa: o vaso da encosta de Sant'Ana». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, 349-369.
- LEROY-GOURHAN, A. L. 1965: *Préhistoire de l'art occidental*. Ed. Mazenot. Paris.
- MELO, A. A., VALÉRIO, P., BARROS, L. e ARAÚJO, M. F. 2014: «Práticas metalúrgicas na Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal): vestígios orientalizantes». In A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005), 2. 712-7423. Lisboa, Uniarq.
- ORTEGA BLANCO, J., DEL VALLE GUTIÉRREZ, M. 2004: «El poblado de la Edad del Hierro del Cerro de la Mesa (Alcolea de Tajo, Toledo). Primeros resultados». *Trabajos de Prehistoria*, 61, 1, 175-185.
- PEREIRA, M. A. H. 1975: «Objectos egípcios do Porto do Sabugueiro (Muge)». *Conimbriga*, 14, 173-176.
- PEREIRA SIESO J. 2008: «Nuevos escenarios en el circuito de intercambios de época colonial: los vados del Tajo». In *Contactes. Indígenas i fenicis a la Mediterrània occidental entre els segles VIII i VI*. GRAP. Simposi d'Arqueologia d'Alcanar. 2008. 191-209.

- PIMENTA, J., CALADO, M. e LEITÃO, M. 2005: Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as anforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8, 2, 313-334.
- PIMENTA, J., CALADO, M. e LEITÃO, M. 2014: «Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: a intervenção da Rua de São João da Praça». In A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005), 2. 712-7423. Uniarq. Lisboa.
- PIMENTA, J., HENRIQUES, E. e MENDES, H. 2012: *O acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. 2008: Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge)». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, 2, 171-194.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. 2010–2011: «Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 18, 591-618.
- PIMENTA, J. P., MENDES, H., ARRUDA, A. M., SOUSA, E. e SOARES, R. 2014: «Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)». *Magos*, 1, 39-57.
- PIMENTA, J., SILVA, R. e CALADO, M. 2014: «Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas 15». In A. M. Arruda (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005), 2. 736-746. Lisboa.
- PIMENTA, P., SOARES, A. M. e MENDES, H. 2013: «Cronologia Absoluta para o Povoado Pré-Romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira)». *Cira*, 2, 181-194.
- PIMENTA, J., SOUSA E E., AMARO C. 2015: «Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da Olisipo pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 18, 161-180.
- SILVA, R. 2013: «A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa». *Cira*, 2, 40-61.
- SOARES, R. 2013: «A Arrábida no Bronze Final - Leituras e Narrativas». In *Arqueologia em Portugal 150 Anos*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 601-608.
- SOUSA, E. 2013: A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do I milénio a.C.. *Cira*, 2, 103-117.
- SOUSA, E. 2014: *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. UNIARQ. Lisboa
- VILAÇA, R. 1998: «Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C.». *Estudos Pré-históricos*, 6, 347-374.
- VILAÇA, R. 2007: «A Cachouca (Idanha-a-Nova, Castelo Branco): construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio AC». In S. O. Jorge et al. (eds.), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, Faro, 67-75. Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, Setembro de 2004).
- VILAÇA, R. 2010: «Da Idade do Bronze à Romanização no Centro Interior: espaços, territórios e sociedades». In *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia «Cem anos de investigação arqueológica no Interior centro»*, Materiaes, n.º especial, Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, 149-176.
- VILAÇA, R. 2013: «O povoamento da Beira interior durante o bronze final: evidências, interacção e simbolismos». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, 191-220.
- VILAÇA, R. e ARRUDA, A. M. 2004: «Ao longo do Tejo do Bronze ao Ferro». *Conímbriga*, 43, 11-45.
- VILAÇA, R., BASÍLIO, L. 2000: «Contributo para a caracterização arqueológica da I Idade do ferro da Beira interior: cerâmicas a torno da Cachouca - Idanha-a-Nova». *Al-madan*, 2, 9, 39-47.
- ZAMORA, J. A., GUTIÉRREZ, J. M., REINOSO, M. C., SÁEZ, A. M., GILES, F. e FINLAYSON, J. C. 2013: «Culto y culturas en la Cueva de Gorham (Gibraltar): la historia del santuario y sus materiales inscritos». *Complutum*, 24, 1, 113-130.
- ZAMORA, J. A. 2014: Novedades de epigrafia fenicio-púnica en la Península Ibérica y sus alrededores. *Palaeohispanica*, 13, 359–384.
- ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. V. e SANTOS, C. 1968: «Acerca do campo fortificado de Chões de Alompé (Santarém)». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, 49-57.